



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 4686

**Presidente da Mesa Diretora:** Ivan José Lopes

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Incentivos fiscais

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 06/02/1997

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 05/97. Concede incentivo fiscal ao contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano de Montes Claros - IPTU, referente ao exercício fiscal de 1997. (Referente à Lei nº 2.456, de 14/02/1997).

**Controle Interno – Caixa:** 14

**Posição:** 14

**Número de folhas:** 07

---

espécie: PL  
categoria: Incentivos fiscais  
nº: 14  
ordem: 14  
nº fls: 05



## Câmara Municipal de Montes Claros

PROTOCOLO DE ORIGEM	ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA:
Nº _____	ASSESSOR:
DATA ____/____/____	PROJETO:
	NÚMERO:

PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_

05/94

AUTOR: Prefeito Municipal, Dr. Jairo Ataíde

**ASSUNTO:**

Concedendo incentivo fiscal ao contribuinte do  
IPTU, referente ao exercício fiscal de 1997.

**MOVIMENTO**

- 1 Recebido em 06.02.97
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 06.02.97
- 3 *Provado em regime de*
- 4 *urgência - 13.02.97.*
- 5 *A sanção*
- 6 *Regrar-se -*
- 7
- 8
- 9
- 10

*Caixa*

# **PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG**

*Administração Todos por Montes Claros*

## **PROJETO DE LEI Nº**

### ***CONCEDE INCENTIVO FISCAL AO CONTRIBUINTE DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU***

**Art. 1º** - Ao contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano(IPTU) do exercício fiscal de 1997 que optar pelo pagamento em uma única vez, será concedido o desconto de 50%(Cinquenta por cento) sobre o seu valor.

**Art. 2º** - Ao contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano(IPTU) do exercício de 1997 que optar pelo pagamento em até 6(seis) parcelas mensais e iguais, será concedido o desconto de 40%(Quarenta por cento) sobre o valor do tributo.

**Art. 3º** - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a regulamentar, por Decreto, o disposto nos artigos anteriores, bem como a estipular penalidades no caso do não cumprimento das obrigações pactuadas.

**Art. 4º** - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Montes Claros, 30 de janeiro de 1997

  
**Jairo Ataíde Vieira**  
Prefeito de Montes Claros

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 A COMISSÃO DE Legislação  
 EM 10 DE fevereiro DE 1997  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE

Projeto legal e constitucional. Parecer  
 favorável

A. Silveira

Gláucia Maria

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 APROVADO EM 13 DE março DISCUSSÃO POR  
 EM 13 DE fevereiro DE 1997  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
 À SANÇÃO  
 EM 13 DE fevereiro DE 1997  
 \_\_\_\_\_  
 PRESIDENTE

# **PREFEITURA DE MONTES CLAROS - MG**

Administração Todos por Montes Claros

## **MENSAGEM Nº 02 DE 1997**

Senhor Presidente:

**O Prefeito de Montes Claros**, consciente que é função primordial da Administração Pública assegurar tratamento igualitário a todos os munícipes e considerando projeto de lei, já enviado à Câmara Municipal, dispondo sobre a concessão de redução e parcelamento do crédito tributário do Município em atraso, encaminha para a apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Montes Claros o incluso Projeto de Lei, relativo à Concessão de Incentivo Fiscal ao Contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano referente ao exercício de 1997.

À exemplo da medida relatada na mensagem nº 01/97, o Executivo Municipal pretende conceder aos seus contribuintes a redução e o parcelamento para o pagamento do IPTU pertinente ao exercício de 1997.


Trata-se de medida que visa dispensar tratamento igualitário aos contribuintes municipais, oferecendo a todos que se encontram com seus impostos em dia as mesmas condições e prazos oferecidos aos que se encontram em débito para com o erário público.

Objetivando uma solução rápida, capaz de equacionar a questão, solicitamos que este projeto tramite em regime de **URGÊNCIA** nessa respeitada Casa.

Desta forma, convictos de que os membros dessa Edilidade irão compreender o espírito que norteia este ato do Executivo Municipal, empenhamo-nos pela aprovação do Projeto de Lei incluso.

Atenciosamente,

Montes Claros, 30 de janeiro de 1997

  
**Jairo Ataíde Vieira**  
Prefeito de Montes Claros

Exmo. Sr.  
**Dr. Ivan José Lopes**  
DD. Presidente da Câmara Municipal  
Montes Claros - MG

# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Estado de Minas Gerais

Ofício nº : 006/97  
Assunto : Encaminha Parecer  
Serviço : Assessoria Jurídica Legislativa  
Data : 17/02/97

Senhor Presidente,

Em atendimento à solicitação desta Presidência, estamos devolvendo à V. Exa., com o respectivo parecer desta Assessoria Jurídica, o **Projeto de Lei nº \_\_\_\_/97**, de autoria do **Prefeito Municipal, Jairo Ataíde Vieira**, que **“Concede incentivo fiscal ao contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU”**.

Nesta oportunidade, aproveitamos do ensejo para renovar-lhe votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

  
**Manoel Rodrigues da Silveira**  
**Assessor Jurídico**  
*Manoel R. Silveira*  
Assessor Jurídico Legislativo  
Montes Claros - MG.

Exmo. Sr.  
**Dr. Ivan José Lopes**  
**DD. Presidente da Câmara Municipal**  
**NESTA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**  
**Estado de Minas Gerais**

**Parecer**  
**Assessoria Jurídica Legislativa**

**Projeto de Lei nº \_\_\_\_/97**

***Relatório***

De autoria do **Prefeito Municipal, Jairo Ataíde Vieira**, o Projeto de Lei Nº \_\_\_\_ em tela **“Concede incentivo fiscal ao contribuinte do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU”**.

Enviada a proposição a esta Assessoria, para ser apreciada quanto à constitucionalidade, passamos a emitir o seguinte parecer:

***Fundamentação***

A Lei Orgânica Municipal, em seu Capítulo V da Seção I, artigos 136 a 145, dispõe sobre a **Administração Tributária e Financeira do Município**. O art. 136 define quais são os tributos municipais (impostos, taxas e contribuições de melhoria); e o art. 137 determina a competência do município para instituí-los.

Já os artigos 138 e 139, disciplinam os casos em que o Município pode conceder isenção, determinando no art. 139 o seguinte:

**“art. 139 - Além dos casos previstos no artigo anterior, o Município poderá conceder isenção de tributos ou qualquer outro benefício fiscal, mediante prévia autorização legislativa”**. (Os grifos são nossos)

### **Conclusão**


Diante do exposto, chega-se à conclusão que o Projeto de Lei Nº \_\_\_\_, de autoria do Prefeito Municipal, foi elaborado de conformidade com as disposições legais e constitucionais, dependendo, apenas, de prévia autorização legislativa, para sua aprovação ou rejeição.

E este, data venia, é o nosso parecer.

**Assessoria Jurídica Legislativa, 17 de fevereiro de 1997**

  
**Manoel Rodrigues da Silva**

**Assessor Jurídico**

  
Assessor Jurídico Legislativo  
Montes Claros - MG

